

*Blon Brasil*

2 Brasília, domingo, 8 de dezembro de 1991

## RUY FABIANO

Ponto de Vista

### Recessão em xeque

A idéia de que o receituário recessivo, expresso na carta de intenções ao FMI, é socialmente danoso, mas economicamente saudável — isto é, um remédio cuja eficácia curativa compensaria os inevitáveis e violentos estragos colaterais —, não é propriamente consensual entre os economistas.

O ex-ministro da Fazenda de Sarney, Luís Carlos Bresser Pereira, ilustre membro do primeiro escalão dessa família, além de empresário, professor e filiado ao PSDB, abomina o receituário. Acha-o pior que a doença — e, por isso mesmo, destinado a agravá-la, não a curá-la, podendo mesmo matar o doente.

Esse seria justamente o aspecto mais grave desta nova recessão, a terceira do atual Governo: sua total disfuncionalidade. Tal como as anteriores, diz Bresser, não irá produzir os resultados econômicos anunciados. Teríamos, então, mais uma inútil catástrofe (se é que há catástrofes úteis). Bresser está convencido de que, a partir de janeiro, a inflação volta a se acelerar e que o Governo acabará se convencendo de que a saída não está no receituário ortodoxo do FMI. Bresser, como se sabe, é adepto da heterodoxia. Acha que, "para doenças muito graves, são necessários remédios excepcionais". E ainda: nas condições hiperinflacionárias do Brasil, "só medidas heróicas podem resolver".

Para ele, há dois tipos de recessão: a sadia e a doentia. A primeira é aquela que efetivamente exerce efeito saneador na economia. Está inserida em alguma lógica processual e obedece a critérios de política monetária que, segundo crê, simplesmente inexistem no Brasil. "O que há é simplesmente uma política de juros altos, não uma política de controle da oferta de moeda", argumenta. E a recessão doentia é justamente isso: o sufoco aleatório. O argumento, sustentado pelo ministro Marcílio, de que a recessão, ao reduzir o consumo, obriga as empresas a aumentar menos os preços, é furadíssimo, segundo Bresser. Ele lembra que, embora não haja demanda aquecida — isto é, o consumismo desenfreado — desde o Plano Cruzado, em 1986, a inflação não parou de crescer.

Bresser não tem qualquer constrangimento em insistir na linha dos choques econômicos heterodoxos, apesar dos insucessos de todos eles — desde o Cruzado, passando pelo que levou o seu nome e chegando ao que inaugurou o governo Collor. De um modo geral, ele atribui os fracassos à má gestão dos choques, não aos choques em si. E exemplifica com o próprio Plano Collor I, que, após reduzir a dívida pública em quase 30 bilhões de dólares, teria sido liquidado pelo pacote seguinte, o Plano Collor II, de inspiração monetarista. A saída, diz ele, é voltar a "coordenar e paralisar os aumentos de preços" — isto é, o congelamento —, algo que, para acontecer (e aí já não é ele que o diz, mas a lógica do processo político), teria que ser precidido pelo afastamento da atual equipe econômica e pela mudança da base parlamentar do Governo.

Teorias e divergências à parte — inevitáveis quando se está diante de um economista —, fica claro que a administração do processo recessivo será marcado por turbulências não apenas no âmbito político-partidário, mas também, e sobretudo, no acadêmico.